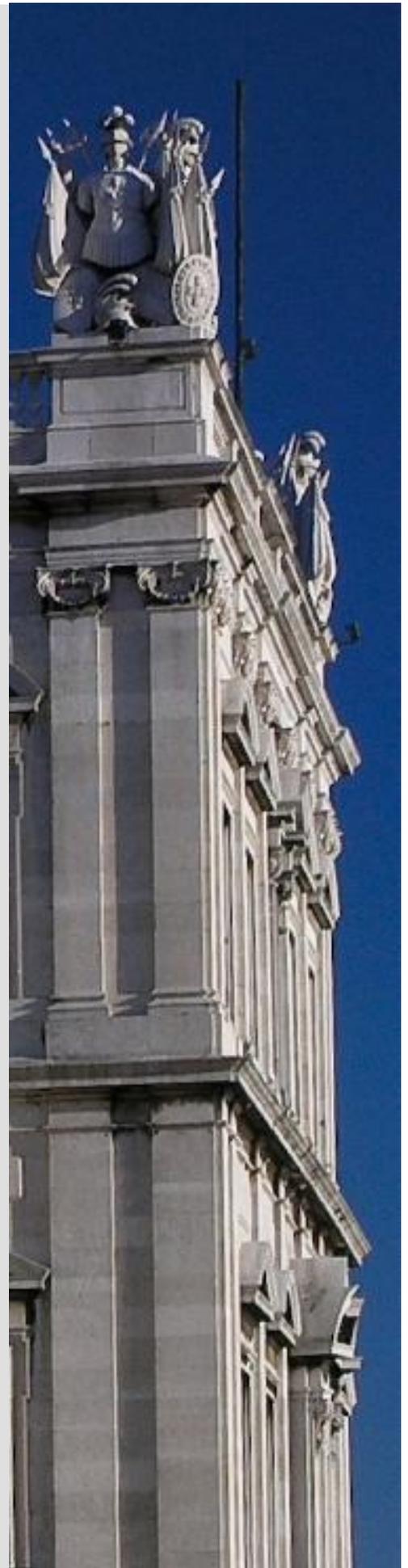




MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

RELATÓRIO | 2014

Aquisição, Oneração e
Alienação dos bens imóveis do
domínio privado do Estado e
dos Institutos Públicos





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2014	3
2.1 Aquisição onerosa de imóveis e de direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2014.....	3
2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2014	5
2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2014	6
2.4 Alienação de imóveis do Estado com pagamento em espécie em 2014	9
2.5 Permutas de imóveis e do Estado e dos Institutos Públicos em 2014.....	10
3. CONCLUSÃO	11

QUADROS

Quadro 1 Aquisição de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos	4
Quadro 2 Comparativo da despesa com a aquisição de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos	5
Quadro 3 Imóveis alienados pelo Estado e por institutos públicos	7
Quadro 4 Imóveis alienados por Ministério	7
Quadro 5 Tipo de procedimento de alienação	8
Quadro 6 Imóveis alienados - Entidade adquirente	9
Quadro 7 Valor dos imóveis e outros direitos reais adquiridos/valor dos imóveis e outros direitos reais de gozo alienados em 2014.....	11

ANEXOS

Anexo 1 Mapa 1 - Aquisição onerosa de imóveis e de direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2014	
Anexo 2 Mapa 2 - Oneração de imóveis pelo Estado em 2014	
Anexo 3 Mapa 3 - Alienação de imóveis do Estado e de institutos públicos em 2014	
Anexo 4 Mapa 4 - Alienação de imóveis do Estado com pagamentos em espécie em 2014	
Anexo 5 Mapa 5 - Permutas de imóveis de institutos públicos em 2014	



1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é elaborado de acordo e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto¹, designadamente, a apresentação de informação pelo Governo à Assembleia da República sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos.

A sua preparação teve por base a informação produzida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das atribuições e competências que lhe estão cometidas, e ainda nos dados que a esta lhe são comunicados pelas entidades intervenientes nas respetivas operações imobiliárias.

Assim, em anexo ao presente documento, são apresentados cinco mapas, nos quais constam a identificação e localização dos imóveis, o valor da avaliação, o valor da transação e a identificação dos contratantes:

- Mapa 1 – Aquisição onerosa de imóveis e de direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2014;
- Mapa 2 – Oneração de imóveis pelo Estado em 2014;
- Mapa 3 - Alienação de imóveis do Estado e de institutos públicos em 2014;
- Mapa 4 – Alienação de imóveis do Estado com pagamentos em espécie em 2014; e,
- Mapa 5 – Permutas de imóveis de institutos públicos em 2014.

As operações imobiliárias supra descritas encontram o seu enquadramento legal junto do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário público, da Lei Orçamental e respetivo decreto-lei de execução orçamental em vigor em cada ano civil, e ainda, no que concerne à constituição de onerações, em legislação própria. Importa referir que as aquisições para o Estado por via expropriativa não são elencadas neste Relatório dado o seu procedimento não decorrer do Decreto-Lei n.º 280/2007, nem correr pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

¹ Alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.



Nessa decorrência, a inobservância do Decreto-Lei n.º 280/2007, designadamente quando não tenha sido recolhida a competente autorização do membro do governo responsável pela área das finanças, não tenha havido instrução do respetivo processo junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças ou não exista comunicação sobre a concretização da operação imobiliária podem prejudicar a exaustividade dos elementos constantes dos mapas em anexo.

2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2014

2.1 Aquisição onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2014

De acordo com o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a aquisição onerosa, para o Estado, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, quando o valor da aquisição seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa.

Tratando-se da aquisição onerosa para os institutos públicos, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, cujo valor seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças e ao membro do governo responsável pela tutela autorizar a mesma. Quando o valor da aquisição seja igual ou superior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem, compete ao Primeiro-Ministro autorizá-la. Caso o valor da aquisição exceda o montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para o Primeiro-Ministro autorizar despesa, a sua autorização compete ao Conselho de Ministros.

No ano de 2014, e conforme se ilustra no Mapa 1, anexo ao presente relatório, o Estado adquiriu 2 imóveis, com o valor de transação de 6.000.000,00 €. Por institutos públicos foram adquiridos 2 imóveis, pelo valor total de 531.200,00 €, um pelo valor de 216.000,00 €, adquirido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, e outro pela Administração Regional de Saúde do Algarve, IP, pelo valor de 315.200,00 €, salientando que o Estado era o proprietário deste último imóvel. Regista-se ainda, em 2014, a aquisição pelo Instituto



Politécnico do Porto, IP, de um direito de superfície, incidente sobre 6 prédios, pelo valor de 6.273.346,95 €.

Assim, no ano de 2014, a despesa com aquisições de imóveis representa 6.531.200,00 €, ao que acresce o valor do direito de superfície (6.273.346,95 €), pelo que o valor total da despesa com aquisição de imóveis e de outros direitos reais de gozo ascendeu a 12.804.546,95 €, conforme se evidencia no quadro seguinte.

Quadro 1
Aquisição de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e institutos públicos

Entidade	Direito de propriedade (N.º de imóveis)	Valor de transação (€)	%
Estado	2	6.000.000,00	92
Institutos públicos	2	531.200,00	8
Total	4	6.531.200,00	100
Entidade	Direito de superfície (N.º de imóveis)	Valor de transação (€)	%
Estado	0	0	0
Institutos públicos	6	6.273.346,95	100
Total	6	6.273.346,95	100

É de referir que, se por um lado a despesa suportada pelo Estado representa 92% da despesa com a aquisição onerosa de imóveis (Quadro 1), por outro lado, tendo presente que por parte dos institutos públicos se verificou não só a aquisição de imóveis como a aquisição do já referido direito de superfície, a despesa suportada pelos institutos públicos com a aquisição onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo representa 53% do valor despendido nesta sede, tal como resulta do quadro seguinte.



Quadro 2

Comparativo da despesa com a aquisição de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos

N.º de Imóveis	Estado	Institutos Públicos (IP)	Total	%	
				Estado	IP
Valor de transação					
Propriedade/Superfície	2	8	10	20	80
Valor de transação (€)	6.000.000,00	6.804.546,95	12.804.546,95	47	53

Aos imóveis adquiridos onerosamente pelo Estado (2), acrescem mais 28 imóveis sem que para este tenham resultado encargos financeiros. Com efeito, em sede de pagamento em espécie, o Estado adquiriu 1 imóvel, no valor de 383.250 €, para regularização do Quartel da GNR, em Castelo Branco e 27 no âmbito da regularização do PM 8/Póvoa de Varzim-Quartel de Paredes, pelo valor de 315.021,68 €, conforme melhor se evidencia no ponto 2.4 deste Relatório. Assim, em 2014, ingressaram no património do Estado 30 imóveis, no valor total de 6.698.271,68 €.

2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2014

Para além da constituição de direitos de superfície sobre imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos, regulada no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, cuja autorização compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças, podem ainda ser constituídos outros direitos reais de gozo sobre os imóveis referidos, *vg* servidões legais de passagem e servidões administrativas, previstos em legislação própria.

No que se refere ao ano de 2014, apenas se verificou a constituição de 1 direito de superfície num imóvel propriedade do Estado no valor de 143.000,00 €, o qual está melhor identificado no Mapa 2, anexo ao presente Relatório.



2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2014

De acordo com o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, os imóveis do domínio privado do Estado e os imóveis dos Institutos Públicos cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não seja conveniente podem ser objeto de alienação.

Podem igualmente ser vendidos imóveis afetos a fins de interesse público desde que fique assegurada a continuidade da prossecução de fins dessa natureza.

Compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a venda dos imóveis do Estado e dos institutos públicos e a escolha do respetivo tipo de procedimento.

A decisão de adjudicação compete ao Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, no caso de imóveis do Estado, ou ao respetivo órgão de direção, no caso de imóveis dos Institutos Públicos.

Para além das modalidades de alienação previstas no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, há ainda que realçar que, a coberto do Código das Expropriações, podem os imóveis do Estado ser objeto de expropriação por outras entidades, sendo que tal ato ainda que configurando uma aquisição originária para o expropriante, não pode deixar de se considerar na vertente do expropriado como diminuição do seu património, configurando assim uma alienação na perspetiva do sujeito expropriado.

Conforme melhor se demonstra no Quadro 3, em 2014 foram alienados 59 imóveis que correspondem a um valor de transação de 8.612.169 €, sendo que 81% deste valor foi alcançado através da alienação de imóveis do Estado.



Quadro 3
Imóveis alienados pelo Estado e institutos públicos

Entidade alienante	Nº Imóveis	%	Valor da Transação (€)	%
Estado	48	81	6.710.264,00	78
Institutos Públicos	11	19	1.901.905,00	22
Total	59	100	8.612.169,00	100

No quadro seguinte segue a distribuição por Ministério dos imóveis alienados pelo Estado e por institutos públicos, em 2014, donde se retira que o Ministério que mais imóveis disponibilizou para alienação foi o das Finanças, 63%. Por outro lado, constata-se que o imóvel disponibilizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros representa 34% do valor total de transação.

Quadro 4
Imóveis alienados por Ministério

Ministérios	Nº de Imóveis	%	Valor de Transação (€)	%
Agricultura e do Mar	6	10	1.370.093,00	16
Defesa Nacional	4	7	932.691,00	11
Economia	6	10	871.405,00	10
Finanças	37	63	1.662.470,00	19
Justiça	4	7	480.100,00	6
Negócios Estrangeiros	1	2	2.900.000,00	34
Saúde	1	2	395.410,00	5
Total	59	100	8.612.169,00	100

Tal como se verifica no quadro seguinte, e no que concerne ao tipo de procedimento adotado na alienação de imóveis, 68% dos imóveis foram alienados por ajuste direto e 27% por hasta pública. A predominância do procedimento por ajuste direto residuiu no facto de, na sua maioria, estarem em causa imóveis com preço de venda inferior a 150.000,00 €, que foram a hasta pública tendo a mesma ficado deserta, ou que foram adquiridos por



autarquias locais, ao abrigo das alíneas a), c) e e) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, respetivamente.

Importa referir que a alienação por negociação identificada no Quadro 5 se reporta à venda de 1 imóvel do Estado sito no estrangeiro, tendo sido adotado o procedimento de venda do País da localização do imóvel, conforme decorre do artigo 46.º do Código Civil. De referir, todavia, que este procedimento obedeceu aos princípios da concorrência, publicidade e transparência que norteiam a venda de imóveis regulada pelo Decreto-Lei n.º 280/2007.

Quadro 5
Tipo de Procedimento de alienação

Procedimento de Alienação	N.º de Imóveis	%	Valor de Transação (€)	%
Hasta Pública	16	27	1.391.185,00	16
Ajuste Direto	40	68	3.834.000,00	45
Cessão a Título Definitivo	1	2	891,00	0
Negociação	1	2	2.900.000,00	34
Expropriação	1	2	486.093,00	6
Total	59	100	8.612.169,00	100

Conforme se pode constatar pela leitura do quadro seguinte, 30 imóveis foram alienados a autarquias locais, representando 51% do total do número de alienações e 24% do valor de transação, 2.034.491,00 €. No que se refere ao valor de transação 52% do mesmo, 4.493.230,00 €, decorre de vendas a particulares e é referente a 17 imóveis. Ao valor de transação referido acresce o valor de 1.277.655,00 €, correspondente a 15% do valor total, relativo a 9 imóveis alienados a empresas privadas. Se englobarmos numa só categoria os particulares e as empresas privadas verifica-se que o setor privado adquiriu 44% (26) dos imóveis transacionados, pelo valor global de 5.770.855 €, o que representa 67% do valor total de transação.



Quadro 6
Imóveis alienados -Entidade Adquirente

Entidade Adquirente	Nº Imóveis	%	Valor da Transação (€)	%
Setor Empresarial do Estado	1	2	486.093,00	6
Autarquias	30	51	2.034.491,00	24
Empresas Particulares	9	15	1.277.655,00	15
Particulares	17	29	4.493.230,00	52
Serviço e Fundo Autónomo	1	2	315.200,00	4
Pessoa Coletiva Religiosa	1	2	5.500,00	0
Total	59	100	8.612.169,00	100

A identificação dos imóveis alienados consta do Mapa 3, anexo ao presente Relatório.

2.4 Alienações de imóveis do Estado com pagamento em espécie em 2014

Para além das vendas cujo preço foi integralmente satisfeito em numerário no ano 2014, registaram-se ainda outras operações imobiliárias que envolveram a alienação de imóveis do Estado cuja contrapartida foi parcialmente satisfeita em espécie, e que vão identificadas no Mapa 4.

Com pagamento em espécie e em numerário entregue em 2014, regista-se a venda de 1 imóvel ao Município de Castelo Branco, tendo o Estado recebido outro imóvel.

Com vista à regularização do PM 8/Póvoa de Varzim - Quartel de Paredes², foi ainda formalizada a cessão a título definitivo de 5 imóveis (ex-PM 5/Póvoa de Varzim e ex-PM 6-Póvoa de Varzim), a favor do Município de Póvoa de Varzim, que teve como contrapartida a entrega de 27 parcelas que constituem o referido PM 8/Póvoa de Varzim, e o montante de 693.329,07 €, entregue na década de oitenta e noventa³, destinado à construção daquele

² Cessão a título definitivo autorizada por despacho do Secretário de Estado do Orçamento, de 29 de abril de 1986 e pelo Despacho n.º 15798/2013, de 26 de novembro, de Sua Excelência a Ministra de Estado e das Finanças e da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, publicada no D.R. 2.ª série, n.º 235 de 4 de dezembro.

³ Conforme informação do Ministério da Defesa Nacional inserida no processo da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.



quartel, importando salientar que todos os prédios já se encontravam na posse quer do Estado quer da Autarquia.

Por último, foi cedido a título definitivo 1 imóvel à Região Autónoma da Madeira, recebendo o Estado como contrapartida a transferência da propriedade da embarcação Blaus VII para o Ministério da Defesa Nacional (Marinha) e a cedência do direito de uso das instalações do designado “Edifício Funchal 2000”, onde funcionam os Tribunais das Varas Mistas e Conservatórias, ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça. Considerando que este imóvel não foi objeto de avaliação, a coberto do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei 131/99, de 28 de agosto e do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho, pelo que para efeitos de reporte neste Relatório se considerou o seu Valor Patrimonial Tributário no montante de 378.750,00 €.

Os imóveis alienados e adquiridos por esta via constam do Mapa 4, anexo ao presente Relatório.

2.5 Permutas de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2014

A permuta é um contrato inominado cujo núcleo essencial consiste na prestação de uma coisa por outra.

De acordo com o artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto podem ser efetuadas permutas de imóveis do Estado e dos institutos públicos desde que os imóveis a adquirir revistam especial interesse para o Estado ou instituto público e que o valor da avaliação dos imóveis a adquirir não excedam em 50% os imóveis dados em permuta.

No ano de 2014, o Estado não realizou qualquer permuta, registando-se apenas uma permuta entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, e o Município de Alcobaça, a qual melhor se detalha no Mapa 5.



3. CONCLUSÃO

Assim, e como se demonstra no quadro seguinte, o valor das aquisições de imóveis e direitos reais de gozo ultrapassou em 30% o valor de venda de imóveis e outros direitos reais de gozo alienados no ano de 2014.

Quadro 7
Valor dos imóveis e outros direitos reais de gozo adquiridos/valor dos imóveis e outros direitos reais de gozo alienados em 2014

Aquisição de imóveis e direitos de superfície			Alienação de imóveis e direitos de superfície			Aquisição/ Alienação	
Natureza	N.º Imóveis	Valor (€)	Natureza	N.º Imóveis	Valor (€)	N.º Imóveis	Valor
Em numerário	10	12.804.546,95	Em numerário	60	8.612.169,00	17%	149%
Em espécie	28	698.271,68	Em espécie	7	1.781.604,09	400%	39%
Permuta	1	400.000,00	Permuta	1	340.400,00	100%	118%
Total	39	13.902.818,63	Total	68	10.734.173,09	57%	130%

MAPA 1

Aquisição onerosa de imóveis e de direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2014

Identificação	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel	Direito Adquirido/Modalidade de Aquisição	Adquirente		Vendedor		Valor da Avaliação	Valor da Transação	Data da Transação
	Distrito	Concelho	Freguesia					Comprador	NIF	Vendedor	NIF			
Parcela de terreno com a área de 1.000 m2, a destacar do prédio urbano sito na Rua Bartolomeu Dias, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Santa Maria de Belém	2915- Santa Maria de Belém	2403-Belém	Prédio Urbano	Propriedade/Compra	Estado	501 481 036	Município de Lisboa	500 051 070	6.000.000,00 €	6.000.000,00 €	21-03-2014
Prédio urbano sito na Avenida da Índia e Rua Bartolomeu Dias, em Lisboa, constituído por uma parcela de terreno com 20.806,5 m2				2893- Santa Maria de Belém	2394-Belém	Prédio Urbano								
Subtotal												6.000.000,00 €	6.000.000,00 €	
Prédio urbano sito na Rua Almirante Pinheiro de Azevedo, no lugar de S. Sebastião	Faro	Portimão	Portimão	10948-Portimão	17944-Portimão	Prédio Urbano	Propriedade/Compra	Administração Regional de Saúde do Algarve, IP	503 148 709	Português	501 481 036	315.200,00 €	315.200,00 €	24-11-2014
Terreno para construção sito na Rua Padre Joaquim Ribeiro Silva	Porto	Vila Nova de Gaia	Arcozelo	6145-Arcoselo	6347-Arcoselo	Prédio Urbano	Propriedade/Compra	Instituto do Emprego e Formação Profissional,IP	501 442 600	Junta de freguesia de Arcozelo	507 555 287	216.000,00 €	216.000,00 €	31-12-2014
Subtotal												531.200,00 €	531.200,00 €	
Gaveto das Ruas Dionísio Santos Silva e Dr. António Bernardino de Almeida	Porto	Porto	Paranhos	1142-Paranhos	12456-Paranhos	Prédio Urbano	Direito de superfície/Compra	Instituto Politécnico do Porto, I.P.	503 606 251	Universidade Católica Portuguesa	501 082 522	6.428.218,00 €	6.273.346,95 €	11-06-2014
Rua Dr. Antonio Bernardino de Almeida, 220				5.592-Paranhos	13885-Paranhos									
Lugar de Ribeiro ou da Bouça (Rua Alfredo Allen)				5.591-Paranhos	13979-Paranhos									
Parcela de terreno com 689 m2 a destacar do prédio sito no Lugar de Ribeiro ou da Bouça				1409-Paranhos	P-13979-Paranhos									
Parcela de terreno com 917 m2 a desanexar do prédio sito no Lugar de Bouça				A desanexar do 3.510-Paranhos	12647-Paranhos									
Rua Alfredo Allen, 535				10506-Paranhos	13908-Paranhos									
Subtotal												6.428.218,00 €	6.273.346,95 €	
Total												12.959.418,00 €	12.804.546,95 €	

Mapa 2
 Oneração de imóveis do Estado em 2014

Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Forma de Alienação/Direito alienado	Data da Transação	Alienante				Entidade Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação	
									Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário			NIF
Parcela de terreno, com área de 7200 m2, destacada do Complexo Escolar de Cantanhede, sito na Rua Luís de Camões	Coimbra	Cantanhede	Cantanhede	15943/Cantanhede	5193/União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça	PU	Ajuste Direto/Direito de Superfície	21-05-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério da Educação e Ciência	Direção-Geral do Estabelecimentos Escolares	600 086 020	Município de Cantanhede	506 087 000	143.000,00 €	143.000,00 €

MAPA 3
Alienação de imóveis do Estado e de institutos públicos em 2014

Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Forma de Alienação	Data da Transação	Alienante					Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação
									Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário	NIF		
Predio urbano (PM nº 220/Lisboa), sito na Travessa Estevão Pinto, nº 17, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Campolide	340/19860925-São Sebastião da Pedreira	2644/Campolide	PU	Ajuste direto	07-01-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa	600 083 942	1/7 - Maria Teresa Gandaia Gomes	153 509 473	296.800,00 €	296.800,00 €
														4/7 - Nelson de Almeida Nave	154 583 930		
														1/7 - Agostinha da Silva Barrocas	108 109 437		
Predio urbano onde funciona o Hotel INCA, sito na Praça Coronel Pacheco, nº 50 a 58, no Porto	Porto	Porto	Cedofeita	3069/20080908-Cedofeita	11816/União de Freguesias de Cedofeita	PU	Ajuste direto	07-03-2014	Turismo de Portugal, I.P.	508 666 236	Ministério da Economia	Turismo de Portugal, I.P.	508 666 236	Ajanta - Investimentos Imobiliários, S.A.	501 528 300	750.000,00 €	750.000,00 €
														1/7 - Silvestre Rosado Nunes	121 880 788		
Parcela nºs 58, 58.1, 58.2, 58.3, 58.4, 58.6, 58.5, 58a e 58b com a área de 72.206 m2 a destacar do prédio denominado "Mata Nacional da Machado"	Setúbal	Barreiro	Palhais	551/ Palhais	1 - Secção AF e AFS-Palhais	PR	Expropriação	26-05-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério da Agricultura e do Mar	Instituto da Conservação da Natureza e Florestas I.P.	510 342 647	AEBT-Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	508 822 939	486.093,00 €	486.093,00 €
Fração autónoma "L" designada "Casa de Magistrados", sito na Rua Abóim Ascensão, nº 8, 5º Dº em Faro	Faro	Faro	União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	169-L/19850411-Faro (S. Pedro)	5542-L/União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Ajuste direto	05-02-2014	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	António Joaquim Cabrita Barragão	184 149 533	51.000,00 €	51.000,00 €
Prédio urbano sito na Rua Raffet, nº 26, em Paris, França	Europa	França	Paris	-	-	PU	Negociação	01-07-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua	510 322 506	Monsieur e Madame Christophe Gicqueau	-	2.060.000,00 €	2.900.000,00 €
Predio rústico sito na freguesia de São Teotónio em Odemira	Beja	Odemira	São Teotónio	6089/20140115-São Teotónio	17ª secção KK/São Teotónio	PR	Ajuste direto	15-07-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Rita Simões Rugeroni Saldanha Duque Vieira e Alexandre Nuno Paixão Duque Vieira	214 082 005 208 922 628	11.250,00 €	11.250,00 €
Casa de Magistrados de Ponte Sôr, sito na Rua João de Deus, s/n A e B, em Ponte Sôr	Portalegre	Ponte Sôr	Ponte Sôr	774/19861113-Ponte Sôr	2038-Ponte Sôr	PU	Ajuste direto	09-04-2014	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Município de Ponte Sôr	506 806 456	150.000,00 €	150.000,00 €
Prédio Urbano sito no Bairro das Covas designado por "Armazéns de Depósito de Torres Vedras"	Lisboa	Torres Vedras	São Pedro e São Tiago	7830/20130110-São Pedro e Santiago	9798-São Pedro e Santiago	PU	Ajuste direto	02-02-2014	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Ministério da Agricultura e do Mar	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Município de Torres Vedras	502 173 653	708.000,00 €	708.000,00 €
Prédio urbano (PM23/Horta-Paiol Geral) sito na Rua Dr. Neves	Açores	Horta	Horta	1194/20130222-Horta (Matriz)	263-Horta (Matriz)	PU	Ajuste direto	18-08-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da	600 083 942	António Alberto Sousa Ávila e Maria Eugénia dos Santos e Reis	137 371 780 137 371 799	22.000,00 €	25.000,00 €
Fração autónoma "J" correspondente ao 2º Andar Esqº do prédio sito na Rua Diogo Cão, nº 39, em São João de Estoril	Lisboa	Cascais	União de freguesias de Cascais e Estoril	1634/20100128-"J"-Estoril	6110-"J"-União de Freguesias Cascais e Estoril	PU	Ajuste direto	21-02-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Cristina Sofia de Oliveira	224 605 747	93.000,00 €	93.000,00 €
Fração autónoma "U", T1, correspondente ao 1º andar na Rua 2, Bloco F, nº 409 em Nora Velha	Faro	Tavira	União de Freguesias de Tavira	5274-"U"/Tavira (Santa Maria)	24 -"U"/ União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Estado Português	501481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Vitor José Raíado Pereira	171 567 790	33.220,00 €	33.220,00 €
Fração autónoma "AR", T1, correspondente ao 4º A na Rua de Lisboa em Cascais	Lisboa	Cascais	União das Freguesias de Cascais e Estoril	2080 - "AR"/Estoril	5324 - "AR"/ União das Freguesias de Cascais e Estoril	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Estado Português	501481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	José Miguel Ruelas Pereira Coelho	186 870 167	135.000,00 €	135.000,00 €
Fração autónoma "E", correspondente ao 3º andar, na Avº António Augusto Aguiar, 32 a 32-C, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas	1778 - "E"/São Sebastião da Pedreira	918 - "E"/Avenidas Novas	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Estado Português	501481 036	Ministério da Saúde	Secretaria-Geral do Ministério da Saúde	600 080 684	Isabel Cristina T. dos Santos Martins	192 752 391	395.410,00 €	395.410,00 €
Fração autónoma "H", T1, correspondente ao 4º Traseiras, na Rua Santa Catarina, 520, no Porto	Porto	Porto	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Maragaia, São Nicolau e Vitória	1785 - "H"/Santo Ildefonso	8778 - "H"/União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Maragaia, São Nicolau e Vitória	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Estado Português	501481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Ana Catarina Rodrigues de Almeida	208 976 213	31.150,00 €	31.150,00 €
Fração autónoma "F", T1, correspondente ao 3º Traseiras, na Rua Santa Catarina, 520, no Porto	Porto	Porto	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Maragaia, São Nicolau e Vitória	1785 - "F"/Santo Ildefonso	8778 - "F"/União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Maragaia, São Nicolau e Vitória	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Estado Português	501481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Ana Catarina Rodrigues de Almeida	208 976 213	31.150,00 €	31.150,00 €
Fração autónoma "E", T1, correspondente ao 2º Frente, na Rua Santa Catarina, 520, no Porto	Porto	Porto	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Maragaia, São Nicolau e Vitória	1785 - "E"/Santo Ildefonso	8778 - "E"/União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Maragaia, São Nicolau e Vitória	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Estado Português	501481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Ana Catarina Rodrigues de Almeida	208 976 213	33.250,00 €	38.250,00 €
Parcela de terreno com a área de 881,26 m2	Santarém	Benavente	Samora Correia	5412/Samora Correia	4600/Samora Correia	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Estado Português	501481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Domingos Fraga da Rocha	124 711 162	41.500,00 €	41.500,00 €
Fração autónoma "CF", com sanitário privativo, correspondente ao 8º andar, sala 5, da Rua Prof. Machado Vilela, nº 110 em Braga	Braga	Braga	Braga (S. Vitor)	1791 - "CF" / Braga (S. Vitor)	2519- " CF"/Braga (S. Vitor)	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Ministério da Economia	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Sociedade 3RV - Contabilidade e Consultoria, Ldaº	501 707 778	19.901,00 €	19.902,00 €
Fração autónoma "CE", com sanitário privativo, correspondente ao 8º andar, sala 4, da Rua Prof. Machado Vilela, nº 110 em Braga	Braga	Braga	Braga (S. Vitor)	1791 - "CE" / Braga (S. Vitor)	2519- " CE"/Braga (S. Vitor)	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Ministério da Economia	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Sociedade 3RV - Contabilidade e Consultoria, Ldaº	501 707 778	24.587,00 €	24.588,00 €
Fração autónoma "CD", com sanitário privativo, correspondente ao 8º andar, sala 3, da Rua Prof. Machado Vilela, nº 110 em Braga	Braga	Braga	Braga (S. Vitor)	1791 - "CD" / Braga (S. Vitor)	2519- " CD"/Braga (S. Vitor)	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Ministério da Economia	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Sociedade 3RV - Contabilidade e Consultoria, Ldaº	501 707 778	24.433,00 €	24.434,00 €
Fração autónoma "CC", com sanitário privativo, correspondente ao 8º andar, sala 2, da Rua Prof. Machado Vilela, nº 110 em Braga	Braga	Braga	Braga (S. Vitor)	1791 - "CC" / Braga (S. Vitor)	2519- " CC"/Braga (S. Vitor)	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Ministério da Economia	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Sociedade 3RV - Contabilidade e Consultoria, Ldaº	501 707 778	25.125,00 €	25.126,00 €
Fração autónoma "CB", com sanitário privativo, correspondente ao 8º andar, sala 1, da Rua Prof. Machado Vilela, nº 110 em Braga	Braga	Braga	Braga (S. Vitor)	1791 - "CB" / Braga (S. Vitor)	2519- " CB"/Braga (S. Vitor)	PU	Hasta Pública	12-10-2014	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Ministério da Economia	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, I.P.	501 373 357	Sociedade 3RV - Contabilidade e Consultoria, Ldaº	501 707 778	27.354,00 €	27.355,00 €
Prédio urbano sito no Lugar de Cabanas, em Curros, Valpaços	Vila Real	Valpaços	Carrezedo de Montenegro e Curros	481/20020731 - Curros	502/Carrezedo de Montenegro e Curros	PU	Ajuste direto	10-10-2014	Estado Português	501481036	Ministério da Agricultura e do Mar	Instituto da Conservação da Natureza e das	510 342 647	Carlos Alberto Teixeira de Sousa e Ana Paula Mendes Castanheira Sousa	166 797 723 189 066 504	31.400,00 €	31.400,00 €
Casa do Sineiro junto à Torre Sineira da Igreja Paraquial e Catedral de Leiria	Leiria	Leiria	União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	4850/União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	824/19920225-Leiria	PU	Ajuste direto	30-09-2014	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Cabindo da Sé de Leiria	501 120 564	5.500,00 €	5.500,00 €

MAPA 3
Alienação de imóveis do Estado e de institutos públicos em 2014

Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Forma de Alienação	Data da Transação	Alienante					Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação	
									Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário	NIF			
Antiga Casa Florestal de Paradação sítio no lugar de Paradação, Mondim de Basto, Vila Real	Vila Real	Mondim de Basto	União das Freguesias de Campanhó e Paradação	598/União das Freguesias de Campanhó e Paradação	578/Paradação	PU	Ajuste direto	17-10-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério da Agricultura e do Mar	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	União de Freguesias de Campanhó e Paradação	510 835 422	23.100,00 €	23.100,00 €	
Fração autónoma "BX", correspondente ao r/c do Edifício Oira Estrela, sito na Estrada de Santa Eulália em Albufeira	Faro	Albufeira	Albufeira e Olhos de Água	3757-BX/Albufeira	9234-BX/Albufeira e Olhos de Água	PU	Ajuste direto	22-10-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Joaquim Augusto Cardoso Lambisa Maria Regina Velez Servo Cardoso Lambisa	105 511 196 121 490 181	100.000,00 €	100.000,00 €	
Dois parcelas de terreno com área total de 9851 m2, onde foi construído o novo Centro de Saúde de Portimão, sito na Rua Almirante Pinheiro de Azevedo em Portimão	Faro	Portimão	Portimão	10948/20140519-Portimão	17994/Portimão	PU	Ajuste direto	24-11-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Administração Regional de Saúde	503 148 709	315.200,00 €	315.200,00 €	
Prédio urbano, com r/c e 2 andares, com a área de 29 m2, sito na Rua Santa Cruz ao Castelo	Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	46/Castelo	122/Santa Maria Maior	PU	Hasta Pública	16-12-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	C. Arq. Ldª	507 394 208	100.000,00 €	170.000,00 €	
Prédio urbano, com r/c, s/louja, e 3 andares, sito na Calçada de S. Lourenço, nº 2-4, com Rua de S. Pedro Mártir, nº 6 em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	277/S. Cristóvão e S. Lourenço	1532/Santa Maria Maior	PU	Hasta Pública	16-12-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Qualiespaço-Investimentos Imobiliários Lda	507 544 080	100.000,00 €	115.000,00 €	
Dois frações autónomas "F" e "G", sitas na Rua dos Fanqueiros, nº 90 a 100, com entrada pelo nº 96, 2º andar D e 2º andar E, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	18 - "F"/S. Nicolau 18 - "G"/S. Nicolau	894 - "F"/Santa Maria Maior 894 - "G"/Santa Maria Maior	PU	Hasta Pública	16-12-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Rui Pedro Lopes Correia da Silva	185 574 599	233.000,00 €	279.100,00 €	
1/8 do prédio do Estado sito na Rua Conde Redondo, nº 20 a 20-B, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Coração de Jesus	540/Coração de Jesus	793/Coração de Jesus	PU	Ajuste direto	19-12-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Celebreviendica-Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.,	510 812 783	121.250,00 €	121.250,00 €	
Prédios Urbanos do Bairro Residencial da ex-Estação Fronteira de Marvão	Portalegre	Marvão	Santa Maria de Marvão	1214/20091013-SF Mª de Marvão	664/SF Mª de Marvão	PU	Ajuste direto	05-12-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de Marvão	501 170 162	8.574,00 €	8.574,00 €	
				1226/20091013-SF Mª de Marvão	838/SF Mª de Marvão											10.152,00 €	10.152,00 €	
				1227/20091013-SF Mª de Marvão	839/SF Mª de Marvão											12.709,00 €	12.709,00 €	
				1212/20091013-SF Mª de Marvão	845/SF Mª de Marvão											9.680,00 €	9.680,00 €	
				1219/20091013-SF Mª de Marvão	669/SF Mª de Marvão											16.088,00 €	16.088,00 €	
				1213/20091013-SF Mª de Marvão	663/SF Mª de Marvão											16.088,00 €	16.088,00 €	
				1221/20091013-SF Mª de Marvão	833/SF Mª de Marvão											16.088,00 €	16.088,00 €	
				1222/20091013-SF Mª de Marvão	834/SF Mª de Marvão											16.088,00 €	16.088,00 €	
				1220/20091013-SF Mª de Marvão	832/SF Mª de Marvão											17.006,00 €	17.006,00 €	
				1225/20091013-SF Mª de Marvão	837/SF Mª de Marvão											17.006,00 €	17.006,00 €	
				1217/20091013-SF Mª de Marvão	667/SF Mª de Marvão											28.173,00 €	28.173,00 €	
				1218/20091013-SF Mª de Marvão	668/SF Mª de Marvão											28.173,00 €	28.173,00 €	
				1215/20091013-SF Mª de Marvão	665/SF Mª de Marvão											28.173,00 €	28.173,00 €	
				1216/20091013-SF Mª de Marvão	666/SF Mª de Marvão											28.173,00 €	28.173,00 €	
				1223/20091013-SF Mª de Marvão	835/SF Mª de Marvão											28.173,00 €	28.173,00 €	
				1224/20091013-SF Mª de Marvão	836/SF Mª de Marvão											28.173,00 €	28.173,00 €	
				1228/20091013-SF Mª de Marvão	841/SF Mª de Marvão											24.038,00 €	24.038,00 €	
				1229/20091013-SF Mª de Marvão	842/SF Mª de Marvão											2.145,00 €	2.145,00 €	
				1209/20090612-SF Mª de Marvão	227 secção D/SF Mª de Marvão											21.300,00 €	21.300,00 €	
				1208/20090612-SF Mª de Marvão	37, secção E/SF Mª de Marvão											500,00 €	500,00 €	
419/19910219-SF Mª de Marvão	252 secção D/SF Mª de Marvão	1.900,00 €	1.900,00 €															
Prédio urbano sito na Rua de Coruche, nº 85 em Almeirim	Santarém	Almeirim	Almeirim	8339/20130822-Almeirim	2538/Almeirim	PU	Ajuste direto	16-12-2014	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Ministério da Agricultura e do Mar	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Município de Almeirim	501 273 433	63.500,00 €	63.500,00 €	
Parcela de Terreno com a área de 30.855, 15 m2, onde se encontra implantado o Bairro Norad, em Vila Real	Vila Real	Vila Real	Borbela	2834/Borbela	3350/Borbela	PR	Ajuste direto	17-12-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa	600 083 942	Município de Vila Real	506 359 670	610.000,00 €	610.000,00 €	
Prédio denominado "Casa da Secção de Conservação", sito na Rua Dr. Evaristo Sousa Gago, nº 3, em São Brás de Alportel	Faro	São Brás de Alportel	São Brás de Alportel	8272/19930820-São Brás de Alportel	4333/São Brás de Alportel	PU	Ajuste direto	05-12-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de São Brás de Alportel	503 219 924	15.600,00 €	15.600,00 €	
Prédio urbano denominado casa de cantoneiros sito no Barranco do Velho, Salir em Loulé	Faro	Loulé	Salir	4119/19971009-Salir	2081/Salir	PU	Ajuste direto	23-12-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município de Loulé	502 098 139	47.000,00 €	47.000,00 €	
Prédio urbano, sito no lugar de Rechaldeira, em Vilar	Lisboa	Lisboa	Cadaval	2072/19990331-Vilar	1145/Vilar	PU	Ajuste direto	31-12-2014	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Ministério da Agricultura e do Mar	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.	501 722 335	Município do Cadaval	501 273 433	58.000,00 €	58.000,00 €	
Parcela de terreno com área de 27 m2 a desanexar do PM11/Tomar-Quartel do Alvíto sito em Tomar	Santarém	Tomar	Santa Maria dos Olivais	Omisso	Omisso	PR	Cessão a título definitivo	14-10-2014	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa	600 083 942	Município de Tomar	506 738 914	891,00 €	891,00 €	
Total																	7.633.064,00 €	8.612.169,00 €

Mapa 4
Alienação de Imóveis do Estado em 2014, com pagamentos em espécie

Imóvel alienado									Imóvel adquirido									Forma, Valor e Data da Transação					
Identificação	Localização			Registo Predial	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel PU - Urbano PR - Rústico PM - Prédio	Adquirente		Valor da Avaliação	Identificação	Localização			Registo Predial	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel PU - Urbano PR - Rústico PM - Prédio	Adquirente		Valor da Avaliação	Forma de Alienação	Valor da Transação	Valor recebido em numerário pela alienação	Data da Transação
	Distrito	Concelho	Freguesia				Identificação	NIF			Distrito	Concelho	Freguesia				Identificação	NIF					
Prédio denominado Edifício do Governo Civil de Castelo Branco (antigo Palácio dos Viscondes de Portalegre) sito na Praça do Município em Castelo Branco	Castelo Branco	Castelo Branco	Castelo Branco	10440/Castelo Branco	4008, 4009 e 4495/ Castelo Branco	PU	Município de Castelo Branco	501 143 530	1.058.000,00 €	Prédio sito na Quinta da Granja, composto por uma parcela de terreno para construção, "denominada por Parcela A", na freguesia e concelho de Castelo Branco com a área de 12.855 m2.	Castelo Branco	Castelo Branco	Castelo Branco	10967/Castelo Branco	15443/Castelo Branco	PU	Estado Português	501 481 036	383.250,00 €	Ajuste direto	1.058.000,00 €	474.750,00 €	02-10-2014
Ex- PM 005/Póvoa de Varzim - Central Elétrica	Porto	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	5951/Póvoa de Varzim	3379/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU	Município da Póvoa de Varzim	506 741 400	344.854,09 €	27 parcelas de terreno onde se encontra implantado o designado PM 005/Póvoa de Varzim-Quartel de Paredes	Porto	Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	237/Beiriz	4300/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU	Município de Póvoa de Varzim	506 741 400	315.021,68 €	Cedência definitiva	1.008.350,75 €	693.329,07 €	12-10-2014
														516/Beiriz	1684/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														475/Beiriz	1627/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														597/Beiriz	4432/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU							
														779/Beiriz	1630/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														593/Beiriz	1633/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														489/Beiriz	1636/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														311/Beiriz	1648/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														6/Beiriz	1651/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														310/Beiriz	1657/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														1336/Beiriz	4887/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU							
														1611/Beiriz	4498/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU							
														515/Beiriz	2267/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
														474/Beiriz	1624/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR							
768/Beiriz	4434/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
679/Beiriz	2265/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU																					
769/Beiriz	4410/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU																					
115/Beiriz	1606/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
476/Beiriz	1609/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
2175/Beiriz	1621/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
2174/2Beiriz	1615/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
2173/Beiriz	1597/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
2172/Beiriz	1600/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
917/Beiriz	1618/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
2176/Beiriz	1612/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PR																					
1337/Beiriz	4885/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU																					
1242/Beiriz	4814/Póvoa de Varzim, Beiriz e Argival	PU																					
Fortaleza do Pico de S. João	Funchal	Funchal	Funchal (S. Pedro)	1777, fls. 153v, Livro F3	1049/Funchal (S. Pedro)	PU	Região Autónoma da Madeira	-	*378.750,00 €	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Cedência definitiva	A contrapartida pela cedência foi a transferência da propriedade da embarcação Blauz VII para o Ministério da Marinha	2.046.320,75 €	1.346.072,07 €	11-07-2014
Total									1.781.604,09 €										Total	498.271,68 €	2.046.320,75 €	1.346.072,07 €	

* Corresponde ao Valor Patrimonial Tributário dado o imóvel não ter sido objeto de avaliação, a coberto do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei 131/99, de 28 de agosto e do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho

Mapa 5
Permuta de imóveis de institutos públicos em 2014

Bens adquiridos										Bens dados em permuta										Valor da Transação	Data da Transação	Observações		
Identificação	Localização			Registo Predial	Tipificação do Imóvel PU - Urbano PR - Rústico PM - Prédio Misto	Fim da Aquisição	Entidade Adquirente		Direito Adquirido	Valor da Avaliação	Identificação	Localização			Registo Predial	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel PU - Urbano PR - Rústico PM - Prédio Misto	Adquirente					Direito Adquirido	Valor da Avaliação
	Distrito	Concelho	Freguesia				Identificação	NIF				Distrito	Concelho	Freguesia				Identificação	NIF					
Largo de Santo Amaro, Alfeizerão-Extensão de Saúde de Alfeizerão	Leiria	Alcobaça	Alfeizerão	5289-Alfeizerão	PU	Regularização do Centro de Saúde de Alfeizerão	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP	503 148 776	Propriedade	400.000,00 €	Rua de Leiria, Alfeizerão- Serviço de luta antituberculosa (Dispensário Anti-Tuberculoso)	Leiria	Alcobaça	União das freguesias de Alcobaça e Vestiaria	718-Alcobaça	228-União das freguesias de Alcobaça e Vestiaria	PU	Município de Alcobaça	506 874 249	Propriedade	340.400,00 €	147.600,00 €	16-04-2014	Não obstante a escritura de compra e venda referir valor inferior ao homologado, não houve qualquer pagamento por parte da ARSLVT ao Município de Alcobaça.